

## **IGREJAS PENTECOSTAIS ENTRE OS KAIOWA, MUITO MAIS QUE UM CASO POLICIAL**

A Terra Indígena Panambizinho, localizada na Vila Panambi (Dourados, MS), com uma população de cerca de 300 habitantes, representa um dos poucos redutos de resistência kaiowa às igrejas pentecostais. No entanto, há alguns meses, o persistente assédio dos pastores começa a dividir opiniões. Os descontentes com a crescente conversão de parentes e vizinhos buscam junto à Funai, ao Ministério Público e à Polícia Federal apoio para coibir a construção de igrejas e a realização de cultos no interior da TI. A oposição se deve ao fato de perceberem as práticas pentecostais como algo distante de suas tradições, mas principalmente pela excessiva incompreensão e intransigência dos pastores que lançam duras críticas aos caciques, na busca de coibir as práticas rituais kaiowa. Contudo, esta divisão de interesses também acirra antigas diferenças políticas, mostrando que a interferência das igrejas não se dá apenas no campo religioso, mas repercute nas formas de organização social e política.

A Constituição garante aos índios o direito às suas formas de organização social, de produção e difusão de seus saberes, bem como os considera parte legítima para ingressar em defesa de seus direitos e interesses. Mas a Constituição também estabelece o direito inviolável à liberdade de crença e assegura o livre exercício dos cultos religiosos. Considerando que nenhuma sociedade é impermeável e que a produção cultural é processual, os impasses trazidos na lei refletem outros níveis de impasse. Portanto, questões deste tipo ainda prescindem de muitos debates e reflexões.

As iniciativas voltadas para a conversão dos índios são tão antigas quanto a primeira missa rezada no Brasil e os subseqüentes investimentos das missões católicas que durante séculos acumularam muitos êxitos. A partir do século XX, as missões evangélicas passam a capitanear a onda de conversão. Assim como seus antecessores, apóiam os processos de evangelização na tradução da bíblia e na alfabetização, constroem sedes junto às terras indígenas e, eventualmente, prestam serviços relacionados ao atendimento da saúde. Entre os Kaiowa e Guarani a conversão em larga escala inicia em 1928, através da Missão Presbiteriana Caiuá, e no início dos anos 1960, através da Missão Evangélica Unida. Ambas já combateram com veemência as práticas rituais, os ñãderu (xamã; liderança familiar e política, também designada cacique), as oygusu (casas onde habitam famílias extensas), a poliginia, além de inúmeros saberes produzidos por estes índios, desempenhando um papel importante no contexto das recentes transformações observadas no exercício das lideranças, das práticas rituais, na organização social, etc.

Arrasados por diversas epidemias, pela escravidão por dívida trazida pela Cia Matte Larangeira, pelos processos de desterritorialização promovidos tanto por esta companhia, como pelos projetos governamentais de exploração e colonização de suas terras, além do preconceito, disseminador de uma imagem negativa associada ao índio, os Kaiowa e Guarani facilmente se rendem aos apelos assistenciais e evangelizadores dessas missões. Ao final dos anos 1970, a conversão às igrejas pentecostais é impulsionada por um contexto similar, ganhando ênfase no início dos anos 1990, quando os pastores índios passam a assumir a frente de parte significativa dos templos que se disseminam pelas terras kaiowa e

guarani. É justamente neste período que os problemas associados ao confinamento atingem seu auge: extrema pobreza; aumento do consumo de bebidas alcoólicas, das taxas de suicídio e violência; oferta de trabalho nas usinas, em condições desumanas, além da ausência de políticas públicas ou programas de apoio voltados a amenizar esta situação.

Indicando a inabilidade do poder público em dar conta do atendimento à saúde indígena, mas também a diluição das práticas xamânicas de cura, cada vez menos realizadas, entre os principais motivos associados à conversão está à busca da superação de doenças, onde se inclui o alcoolismo, o suicídio e outras formas de comportamento violento. Um significativo número de convertidos informa ter encontrado equilíbrio espiritual e emocional para interromper o consumo de bebidas alcoólicas, superar um quadro de comportamento violento ou suicida, ou, ainda, ter alcançado a cura de enfermidades. Os relatos estão carregados de aspectos simbólicos, indicando pontos de convergência entre os rituais de cura promovidos pelos pastores e os rituais de cura promovidos pelos caciques. Portanto, personagens descritos como eficientes intermediadores entre o plano terreno e o plano sobrenatural, além de agirem como conselheiros e orientadores em questões sociais e espirituais. Mas ainda há outras convergências, como por exemplo, as relacionadas aos conteúdos de alguns temas bíblicos e de alguns temas presentes nas cosmologias kaiowa e guarani. Estes aspectos podem ser vistos como facilitadores para a realização de traduções e de apropriações de diversos aspectos simbólicos das práticas pentecostais, por parte dos índios. No entanto, também é preciso ponderar que a cada nova geração de convertidos as referências das práticas rituais e dos saberes indígenas se tornam mais rarefeitos até serem incapazes de fornecer elementos para efetivar qualquer tradução, restando apenas os conteúdos pentecostais.

Desta forma, para se compreender, ou mesmo interferir, (n)o fenômeno de conversão indígena é preciso estar atento para as transformações sociais e rituais enfrentadas por estas populações em décadas recentes. Do contrário, qualquer repressão às igrejas facilmente contribuirá para ampliar as irreconciliáveis disputas entre índios crentes e não crentes. Não pretendo com isso defender ou valorizar a presença das igrejas entre os Kaiowa e Guarani, pois como determina a Constituição e defendem as pessoas de bom senso, são os índios parte legítima para ingressar em defesa de seus direitos e interesses, sejam eles crentes ou não-crentes. Assim, quero ressaltar porque a simples repressão aos pastores e à construção de templos, capitaneada pela Polícia Federal, como vem ocorrendo em Panambizinho não parece ser a melhor alternativa. Aliás, cabe ressaltar que a Polícia Federal é frequentemente solicitada para intervir na condução de impasses enfrentados pelas populações indígenas aqui no estado. Este seria um indicativo de que a questão indígena sul-mato-grossense se reduz a simples casos policiais, ou ainda se pode esperar outro tipo de ação governamental?

Escrito por Katya Vietta doutora em Antropologia pela USP , no Jornal da Cidade On Line